



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

1  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

345/2016

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UMA VIATURA  
LIGEIRA DE MERCADORIAS DO TIPO TODO-O-TERRENO  
E EQUIPADA COM CAIXA ABERTA PARA A DIVISÃO DE  
PROTECÇÃO CIVIL E VIGILÂNCIA, PELO VALOR GLOBAL  
DE 34.800,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.**

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano 2016, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **AUTOGIRAR – SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, LDA.**, com sede na Rua Zeferino Silva, n.ºs 11 e 13, Santarém, com o capital social de 600.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 500038813, representada por **MARIA AMÉLIA RODRIGUES CARVALHO SOUSA MACEDO**, portadora do cartão de cidadão número 06995808-4ZY7, emitido pela República Portuguesa e válido até 22 de outubro de 2020, contribuinte número 191732591, na qualidade de gerente e procuradora da empresa, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração datada de 11 de julho de 2016, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**PRIMEIRA:** Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **10 de outubro de 2016**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 154, II Série de 11 de agosto de 2016, foi adjudicado à firma **AUTOGIRAR – SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, LDA.**, o “**FORNECIMENTO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS DO TIPO TODO-O-TERRENO E EQUIPADA COM CAIXA ABERTA PARA A DIVISÃO DE PROTECÇÃO CIVIL E VIGILÂNCIA**”, pelo valor global de 34.800,00€ (trinta e quatro mil e oitocentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

2  
*[Handwritten signature]*

demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.06.02**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **8156** e LCPA n.º **12092** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

**SEGUNDA:** O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de uma viatura ligeira de mercadorias do tipo todo-o-terreno e equipada com caixa aberta para a Divisão de Protecção Civil e Vigilância, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do fornecedor que se dá por inteiramente reproduzida; -----

**TERCEIRA:** A entrega das viaturas será efectuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada, no prazo de 50 dias consecutivos, após a assinatura do contrato de acordo com a proposta do fornecedor.-----

Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido de prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação em atraso, de montante a fixar nos seguintes termos:-----

- 2% no primeiro dia de atraso;-----
- +4% no segundo dia de atraso;-----
- +6% no terceiro dia de atraso;-----
- +8% por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36%;-----

O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega das viaturas, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação das viaturas, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou elétricos;-----

O fornecedor obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE;-----





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

3  
[Handwritten signature]

Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor;-----

**QUARTA:** O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

**QUINTA:** O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade as viaturas com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos. As viaturas devem ser entregues em perfeitas condições de utilização para o fim a que se destinam;-----

A edilidade procede no prazo de 5 dias após a entrega das viaturas, à inspecção quantitativa e qualitativa das mesmas, com vista a verificar, respectivamente, se as mesmas reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no caderno de encargos e na proposta do fornecedor, bem como outros requisitos exigidos por lei;-----

**SEXTA:** No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve disso informar, por escrito, o fornecedor. O fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Edilidade, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Edilidade procede à realização de novos testes, nos termos do artigo 6.º da parte I - Cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

**SÉTIMA:** Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de receção, assinado pelo representante do fornecedor e da Edilidade. Com a assinatura do auto de receção, ocorre a transferência



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

4

*[Handwritten signature]*

da posse e da propriedade daquele para a Edilidade, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.-----

**OITAVA:** Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos das viaturas, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.-----

O Chassis proposto tem uma garantia técnica de dois (2) anos /quilometragem ilimitada, a garantia para a pintura é de 3 anos e a garantia anticorrosão é de 12 anos. Inclui extensões de garantia técnica até +3 anos/160.000 Km, consoante o que ocorrer primeiro. A extensão de garantia inclui ainda assistência em viagem NISSAN 24 horas por dia, todos os dias da semana com cobertura em todo o território europeu.-----

**NONA:** Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 14 da Parte I – Clausulas Gerais do Caderno de Encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

**DÉCIMA:** A quantia devida será paga no prazo de 60 dias após a receção da respectiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva;-----

**DÉCIMA PRIMEIRA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----





CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

5

*flac*

a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos;-----

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor;-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

**DÉCIMA SEGUNDA:** A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

**DÉCIMA TERCEIRA:** Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

**DÉCIMA QUARTA:** Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 10 de outubro de 2016, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário.-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

**O PRIMEIRO OUTORGANTE,**

*[Handwritten signature]*



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

A SEGUNDA OUTORGANTE,

 AutoGirar  
Sociedade Comercial de Automóveis, LDA  
A Gerência

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

